

# Negociações não passarão pelo FMI

O ministro da Fazenda, Dilon Funaro, negou ontem que o governo brasileiro esteja pensando em se submeter ao monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI). Ele descartou, ainda, a possibilidade de o Congresso Nacional avaliar a proposta de volta ao FMI, deixando o executivo em sintonia com os parlamentares que ficariam obrigados a apoiar a decisão. "Nós não temos nenhum confronto com o FMI, somos membros da instituição, mas não temos nenhum acordo de monitoramento nem pretendemos ter", frisou o ministro.

O ministro Dilon Funaro, confirmou, no Palácio do Planalto, que o total da dívida externa do Brasil é de 111 bilhões de dólares. No entanto, fez questão de frisar que, nos últimos quatro anos, o governo brasileiro pagou 36 bilhões de dólares, o que garante a posição do Brasil de ser um grande pagador de seus compromissos lá fora. "Nesse momento — continuou — vamos ter um superávit na balança comercial de 8 bilhões de dólares e não mais de 12 bilhões porque queremos garantir o processo de desenvolvimento econômico do País. Mesmo assim — assinalou Funaro — permanecemos na condição do terceiro maior superávit do mundo, precedidos pelo Japão e pela República Federal da Alemanha".

Ao reforçar que o Brasil continua com uma situação favorável no exterior, apesar da suspensão do pagamento dos juros da dívida externa, Dilon Funaro assegurou que nos últimos três dias não houve falta de depósito em todas as praças internacionais. "Estamos tendo a rolagem de todos os contratos".

O presidente do Banco Central, Francisco Gros, afirmou que ele e Funaro levarão "a postura política do governo brasileiro, não só em relação à dívida, mas também ao capital estrangeiro", disse Gros, afirmando que as conversações com os 700 bancos credores serão posteriores aos contatos com governos e organismos internacionais. "O término das negociações não depende de nós", declarou.

Francisco Gros informou que na visita que fará aos Estados Unidos, França, Inglaterra, Itália e Suíça deverá ficar clara a posição do Brasil de buscar uma saída política para a sangria do pagamento dos juros da dívida, através de um entendimento amplo com os governos e não apenas discussões comerciais, como redução de **spreads** e da taxa de juros. "O caminho de negociação exclusivamente com os bancos já está esgotado. E o momento de colocarmos a nossa posição de maneira mais ampla", afirmou.

Disse o presidente do Banco Central que os contatos com o comitê de assessoramento dos bancos credores continuarão sendo feitos pelo diretor da Dívida Externa, Antônio de Pádua Seixas, que já está em Nova Iorque, e que, junto com o ministro Funaro, entrará em entendimentos com os ministros da economia e dos bancos centrais dos países que visitarão, incluindo o Banco Mundial. Reiterou que esses entendimentos não passam pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). "O monitoramento pelo FMI é inaceitável", disse, lembrando que como membro, o país tem direito a sacar 400 milhões de dólares do Fundo, da linha proteção às exportações, mas que até agora não foi necessário recorrer ao Fundo. Disse ainda que, este ano, deverá ser pago cerca de 1 milhão de dólares, devidos ao FMI.

Segundo Gros, a renegociação efetiva com os bancos credores deve começar após a viagem do ministro Funaro e a colocação para os governos dos países credores de que, "isoladamente, não conseguiremos resolver o problema". Até quando será mantida a suspensão do pagamento dos juros — "não declaramos moratória e nem centralizamos o câmbio" — ressaltou. Gros disse que dependerá do rumo que tomarem as negociações.